

ANTT cancela multas do pedágio free flow na Rio-Santos

Motoristas que pagaram multas podem pedir ressarcimento e pontos na CNH serão retirados

Da Redação

Motoristas multados por não pagarem o pedágio automático - conhecido como free flow - implantado na BR-101 (conhecida como Rodovia Rio Santos), nos trechos que cortam os municípios de Paraty, Mangaratiba e Itaguaí, terão a punidade cancelada. A informação foi dada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) nesta quarta-feira, dia 27. Foi cancelamento em definitivo 800 mil multas por evasão de pedágio aplicadas na rodovia desde 2023, quando o sistema começou a funcionar.

A própria ANTT reconheceu que houve falhas de comunicação e dificuldades operacionais do próprio sistema eletrônico de cobrança. Por isso, a agência decidiu cancelar as multas. Detalhe: os pontos lançados na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) também

serão retirados. Das 1,4 milhão multas aplicadas no Estado do Rio, em rodovias que têm o free flow, 800 mil são da região conhecida como Costa Verde.

O cancelamento foi formalizado por meio da Deliberação 277 da ANTT, que também determinou a suspensão de 3,4 milhões de multas relacionadas ao sistema free flow em todo o país. Desse total, 1,4 milhão estavam concentradas no estado do Rio de Janeiro.

Para verificar a situação das infrações, a orientação é consultar o site do Detran estadual ou da própria agência, utilizando a placa do veículo. As multas devem constar com os status "Cancelada" ou "Suspensa". Nos casos em que a infração estiver suspensa e a tarifa de pedágio ainda não tiver sido quitada, o motorista deverá acessar o aplicativo ou o portal da concessionária responsável para regularizar a passagem, o



Sistema de cobrança de pedágio na Rio-Santos foi considerado falho pela própria ANTT

que permitirá o cancelamento automático da autuação.

Hugo Leal critica sistema

O pedágio eletrônico começou a operar no Brasil em março de 2023, na Rodovia Rio-Santos. O deputado Hugo Leal, responsável pela audiência, realizada na Câmara dos Deputados, onde o assunto foi discutido, critica porque inauguraram o sistema numa estrada que nunca teve pedágio e sem nenhuma informação. O deputado diz que metade das multas do país (R\$ 1,5 milhão) se concentra nesta rodovia e no estado do Rio de Janeiro.

Para Hugo Leal, "não houve precipitação no lançamento do sistema; houve falta de informação". Ele cita, como ponto positivo, a eliminação de filas, por exemplo, melhorando o trânsito.

O deputado também opina que o usuário deveria ser notificado sobre o pagamento do

pedágio. "Hoje, século 21, o governo tem toda a tecnologia, tem toda a informação, a CNH Digital, para notificar o usuário de forma oficial", defende. Esse novo sistema, segundo ele, deveria ser criado em conjunto com Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito) e ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), utilizando a CNH Digital e o gov.br.

A devolução de multas do free flow foi debatida pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara, na terça-feira. Mais de 3,4 milhões de multas do sistema de pedágio livre foram suspensas pelo governo federal, em abril. O sistema é operado em 6 estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Pedágio físico

Hugo Leal defende a existência de pelo menos um pedágio físico em cada praça do free

flow, para que o usuário tenha opção de pagar no próprio local. Ele afirma que o sistema funciona assim nos Estados Unidos, onde esta tecnologia já está bem difundida.

Segundo o deputado, "além do passivo (como fazer para devolver as multas e retirar a pontuação da carteira), temos de cuidar a moticidade". Para Hugo Leal, o usuário deveria pagar proporcionalmente pelo trecho que ele utilizar - e não pagar uma tarifa única. "Isso é justiça tarifária", afirma. "Existe tecnologia para isso".

Hugo Leal argumenta ainda que o usuário também não pode ser obrigado a possuir uma tag, adesivo colado no para-brisa do veículo, que funciona como meio de pagamento automático. "Tem que ser uma facilidade, e não uma obrigação", diz.

*Com informações do Extra e da Câmara dos Deputados

Metalúrgicos da CSN aprovam proposta para reajuste e abono salarial parcelados

Divulgação/SMSF

Os metalúrgicos da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) aprovaram a proposta da campanha salarial deste ano, em votação realizada nesta quarta-feira, de forma virtual. Foram totalizados 7.669 votos, sendo que 4.577 votaram favoráveis à proposta, 2.982 foram contrários, 110 se abstiveram de votar. Não houve votos nulos ou brancos. A votação ocorreu de das 7h às 17h, de forma on-line, por meio de link ou QR Code disponibilizado pelo sindicato.

Pela proposta aprovada, os empregados da CSN terão 4,11% de reajuste - isso para quem ganhar até R\$5.000,00. Detalhe: o percentual de aumento será dividido: 2,055% aplicados em maio e 2,055% aplicados em dezembro, ambos sobre o salário de

abril/26. Quem recebe acima de R\$ 5.000,00 terá reajuste de 1%, a ser pago em dezembro. Exceto supervisores e técnicos.

Será dado ainda abono de 2,2310 salários (operacional) pago em também dividido em duas parcelas iguais. A primeira até 5 dias úteis após a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho e a segunda parcela em novembro deste ano. O sindicato não informou a data da assinatura do acordo da categoria, mas a expectativa é de que ocorra ainda essa semana. A data-base da categoria é 1º de maio, mas a empresa pediu prorrogação devido a falta de consenso durante as rodadas de negociações com diretores do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense.



Odair Mariano tinha pedido rejeição da proposta

Atos, movimentos e aprovação

Durante a campanha salarial, as negociações entre a CSN e o Sindicato dos Metalúrgicos chegaram a ser paralisadas por fal-

ta de consenso. Após a empresa oferecer um baixo percentual de aumento e se recusar a repor a inflação do período medida pelo INPC, a direção do sindicato promoveu atos de protestos na

entrada principal da Usina.

Outra medida do sindicato foi orientar a categoria a rejeitar a proposta colocada em votação nesta quarta-feira, dia 27.

"Mais uma vez a CSN demonstra falta de respeito com os trabalhadores ao insistir em uma proposta muito abaixo do esperado pela categoria. O sindicato vai respeitar a decisão democrática dos trabalhadores e levar a proposta para votação, mas nossa orientação é clara: votar não", afirmou Odair Mariano, presidente do sindicato, no final de semana.

Até o fechamento desta edição, por volta das 20 horas, os sindicalistas não haviam se manifestado sobre o resultado. Divulgaram a aprovação nas redes sociais.